

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1569/2024-PGJ, DE 10.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara da comarca de Cassilândia em 23.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1535/2024-PGJ, DE 9.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 1º.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1536/2024-PGJ, DE 9.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Patrícia Almirão Padovan para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 3.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1537/2024-PGJ, DE 9.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 4.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1538/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Patrícia Almirão Padovan para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 10.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1539/2024-PGJ, DE 9.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 11.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1540/2024-PGJ, DE 9.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 15.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1541/2024-PGJ, DE 9.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 17.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1542/2024-PGJ, DE 9.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 22.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1543/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 23.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1544/2024-PGJ, DE 9.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 24.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1545/2024-PGJ, DE 9.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 25.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1572/2024-PGJ, DE 10.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara da comarca de Cassilândia em 22.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1571/2024-PGJ, DE 10.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da 1ª Vara da comarca de Cassilândia, no julgamento dos Autos nº 0000845-69.2021.8.12.0007, em 22.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1567/2024-PGJ, DE 10.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha 5 (cinco) dias de folga compensatória de 8 a 12.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1568/2024-PGJ, DE 10.9.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 5595/2023-PGJ, de 16.10.2023, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha 2 (dois) dias de folga compensatória pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado que seriam usufruídos em 2 e 3.5.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1562/2024-PGJ, DE 10.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Jui Bueno Nogueira 5 (cinco) dias de folga compensatória de 13 a 17.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1563/2024-PGJ, DE 10.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Jui Bueno Nogueira 5 (cinco) dias de folga compensatória de 20 a 24.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão dos feriados forenses de 2021/2022 e 2022/2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1551/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva 2 (dois) dias de folga compensatória em 29 e 30.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2018/2019, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1552/2024-PGJ, DE 9.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva 2 (dois) dias de folga compensatória em 2 e 3.5.2024, por ter coadjuvado as eleições de 2018, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1553/2024-PGJ, DE 9.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídos de 20 a 24.5.2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1550/2024-PGJ, DE 9.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli 2 (dois) dias de folga compensatória em 4 e 5.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1548/2024-PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Patrícia Almirão Padovan 3 (três) dias de folga compensatória de 26 a 28.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1531/2024-PGJ, DE 9.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui 3 (três) dias de folga compensatória de 27 a 29.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2007/2008, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar n° 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1530/2024-PGJ, DE 9.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui 3 (três) dias de folga compensatória de 3 a 5.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1566/2024-PGJ, DE 10.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa 2 (dois) dias de folga compensatória em 5 e 12.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2023/2024, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar n° 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-428/2024/PGJ, DE 9.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Patrícia Almirão Padovan, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	6 a 15.5.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-429/2024/PGJ, DE 9.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2020/2021	13	25.4 a 7.5.2024	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-430/2024/PGJ, DE 9.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Thiago Barbosa da Silva, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	6 a 15.5.2024	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-432/2024 - PGJ, DE 10.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva 7 (sete) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 14 a 20.3.2024, nos termos dos artigos 139, inciso III, e 151 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1582/2024-PGJ, DE 10.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 15.4.2024, do cargo em comissão de Chefe de Divisão, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Vivian Severino da Silva Ribeiro, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1583/2024-PGJ, DE 10.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a seguinte servidora ocupante de cargo efetivo do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual para prestar serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DESIGNAÇÃO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE ANÁLISE E COMPRAS		
SERVIDORA	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Vivian Severino da Silva Ribeiro	Técnica I/Administrativa	15.4.2024

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1584/2024-PGJ, DE 10.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, na função de Chefe da Divisão de Almoxarifado, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, decorrente da exoneração de Vivian Severino da Silva Ribeiro; e considerá-la exonerada do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Controle de Conservação do Patrimônio Permanente.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1585/2024-PGJ, DE 10.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear Brenda Grazielly Pereira Ortiz para exercer o cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, na função de Chefe do Núcleo de Controle de Conservação do Patrimônio Permanente, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, decorrente da exoneração de Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº e-436/2024/PGJ, DE 11.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Millena Alves Ferreira Goncalves de Oliveira, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 1 a 5.4.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-433/2024/PGJ, DE 11.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Wanessa da Conceição Teixeira, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 21.3 a 19.4.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136, 144 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52, inciso IV e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-434/2024/PGJ, DE 11.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Rosângela Bonacina Milgarefe, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 5.4 a 4.5.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136, 144 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52, inciso IV e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-435/2024/PGJ, DE 11.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Rosangela Bonacina Milgarefe, por meio da Portaria n° e387/2024-PGJ, de 27.3.2024, que seriam usufruídas no período de 5 a 14.4.2024, a serem usufruídas no período de 6 a 15.5.2024, em razão de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução n° 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**AVISO DE DECISÃO DE RECURSO****PREGÃO N° 13/PGJ/2023 - ELETRÔNICO****PROCESSO N° 09.2023.00006913-2****UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que na licitação **Pregão n° 13/PGJ/2023 - Eletrônico** (Processo n° 09.2023.00006913-2), por decisão da Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, o recurso interposto pela licitante C R ALVES FRANCO LTDA., foi conhecido e, no mérito, teve seu **provimento negado**.

Campo Grande, 12 de abril de 2024.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa



COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 22/2024

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2024.00002990-0

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatária: Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Morena Campo Grande, representada por seu Diretor-Geral, João Bosco Viana Ramos

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 25 de março de 2024.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Poltrona	6
2	Armário	10
3	Mesa	5
4	Refrigerador	1
5	Cadeira	8
6	Notebook	2
7	Estante	2
8	Bebedouro	2
9	Gaveteiro	1
TOTAL DE ITENS		37

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL

Processo nº 09.2024.00003041-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL – AEMS (Faculdades Integradas de Três Lagoas)** representada por sua Diretora Presidente, **Maria Lúcia Atique Gabriel**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resolução nº 53/2022-PGJ, de 13 de dezembro de 2022; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; nº 246/2022 e Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para estudantes de cursos de nível superior/graduação e/ou superior/pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, e regular as condições do Programa de Residência para aqueles que estejam cursando programas de pós-graduação (MBA, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado) oferecidos pela ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL, nas dependências do concedente, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência do Convênio: 12.04.2024 até 12.04.2029.

Data da assinatura: 12 de abril de 2024.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****Nº MP 08.2023.00197194-0****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a Adelina Pereira de Oliveira, familiar da vítima, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0011866-89.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Antonio Amaury Rolon, e como vítima Celso Aurelindo de Oliveira, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fulcro no artigo 18 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas”.

Campo Grande/MS, 10 de abril de 2024.

DOUGLAS OLDEGARDO CAVALHEIRO DOS SANTOS

Promotor de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 014/2024/PA

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002659-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Acompanhar as providências que a administração pública municipal está adotando para a fiscalização do empreendimento Deck Lounge Bar.

Campo Grande, 03 de abril de 2024.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0004/2024/43PJ/CGR

A 43ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo relacionado, que pode ser integralmente acessado, via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003700-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Acompanhar a fase interna ou preparatória do certame licitatório referente à concessão do serviço público de estacionamento rotativo de Campo Grande, sobretudo com o desiderato de acompanhar como o Decreto Municipal n. 15.154/2022 será observado e cumprido, e como o valor aproximado de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), em poder da empresa que explorava o serviço até 2022 (Metropark Administração Ltda.), será destinado para crédito em favor dos usuários-consumidores.

Campo Grande/MS, 11 de abril de 2024.

LUIZ EDUARDO LEMOS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

**RECOMENDAÇÃO Nº 0001/2024/50ªPJ**

Autos nº 09.2024.00000426-4

Objeto: "Acompanhar a realização das inspeções e projetos no EPFIIZ em 2024"

Recomendados: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN/MS.

Finalidade: Adoção de providências quanto à atuação de policiais penais integrante do COPE.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público fiscalizar a execução da pena, bem como instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos, além de expedir recomendações para a tutela de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que para o exercício da função institucional do art. 129, II, a Lei nº 8.625/1995 estabelece caber ao Ministério Público expedir recomendações, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito (art. 27, parágrafo único, IV);

CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro, destacando sua acentuada utilidade para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação n. 0001/2016/CGMP/2016, de 6 de outubro de 2016, a respeito da expedição de recomendações pelos órgãos de execução no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no âmbito do procedimento administrativo, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como à defesa dos demais interesses, direitos e bens incumbidos ao Parquet;

CONSIDERANDO que a Carta de Brasília¹ estabelece, dentre as diretrizes referentes ao Ministério Público, a adoção de postura resolutiva amparada no compromisso com ganhos de efetividade na atuação institucional, exigindo-se, para tanto, atuação racional do mecanismo de judicialização nos casos em que a via não seja obrigatória e indispensável, devendo o membro analisar se realmente a judicialização é o caminho mais adequado e eficiente para o caso², além do esgotamento das alternativas de resolução extrajudicial dos conflitos, controvérsias e problemas, com o incremento da utilização dos instrumentos como a Recomendação (...) ³;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 1º, como fundamento do Estado Democrático de Direito a dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que compete à 50ª Promotoria de Justiça da capital, precipuamente, promover visitas e inspeções nas unidades prisionais e de segurança pública que mantenham presos em Campo Grande - MS, adotando medidas extrajudiciais e judiciais para proteção dos interesses difusos e coletivos dos presos, com o objetivo de corrigir irregularidades eventualmente detectadas nos estabelecimentos prisionais;

CONSIDERANDO que, segundo as Regras de BANGKOK, as revistas de mulheres devem se realizar com os seguintes cuidados: Regra 19. Medidas efetivas deverão ser tomadas para assegurar a dignidade e o respeito às mulheres presas durante as revistas pessoais, as quais deverão ser conduzidas apenas por funcionárias que tenham sido devidamente treinadas, em métodos adequados e em conformidade com procedimentos estabelecidos; Regra 20. Deverão ser desenvolvidos outros métodos de inspeção, tais como escâneres, para substituir revistas íntimas e revistas corporais

¹ Acordo celebrado em 22 de setembro de 2016, na ocasião do 7º Congresso de Gestão do CNMP realizado em Brasília-DF, entre a Corregedoria Nacional e as Corregedorias-Gerais dos Estados e da União, com o objetivo de modernizar o controle da atividade extrajudicial pelas Corregedorias do Ministério Público, bem como o fomento à atuação resolutiva do MP Brasileiro;

² Alínea "b", item 6;

³ Alínea "n";



invasivas, de modo a evitar os danos psicológicos e possíveis impactos físicos dessas inspeções corporais invasivas. Nesse mesmo sentido, as Regras Mínimas das Nações Unidas para Tratamento de Reclusos de n. 50, 51 e 52;

CONSIDERANDO o teor do Relatório de Inspeção do Conselho Penitenciário de Mato Grosso do Sul à Unidade Penal Feminina de Regime Fechado Irmã Zorzi, de Campo Grande-MS, na data de 26 de maio de 2023.

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 50ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República/88, artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, e em razão da fiscalização e acompanhamento levados a efeito no Procedimento Preparatório nº 049.152.0057-2023, resolve RECOMENDAR à Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário AGEPEN, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Rodrigo Rossi Maiorchini, em conjunto com o Comandante do Comando de Operações Penitenciárias, Fabiano Almeida Coelho, que adotem providências quanto à atuação dos policiais penais, com as seguintes ações:

1. utilizar tecnologia de escâneres corporais existente na unidade prisional para a realização de revistas pessoais, abstendo-se da prática da revista vexatória (inserir dispositivos constitucionais, normativas do CNPCP e regimentos internacionais sobre o assunto);

2. aprimorar o protocolo de atuação:

2.1. registrando todas as ações realizadas durante a operação, incluindo eventual uso da força, com o fundamento que motivou a tomada dessa decisão;

2.2. utilizando câmeras corporais pelos policiais penais, a fim de facilitar, inclusive, eventual defesa em caso de “denúncia” de abuso de autoridade ou outra irregularidade;

2.3. elaborando relatório após a operação, incluindo os resultados alcançados e quaisquer incidentes ou desvios dos procedimentos padrões;

2.4. promovendo a capacitação periódica de policiais penais do COPE, focando no aprimoramento da atuação que leve em conta os direitos fundamentais da pessoa humana, em especial a dignidade, além da orientação de gênero, técnicas de negociação e resolução pacífica dos conflitos;

2.5. estendendo o período de armazenamento do registro das imagens, para possibilitar eventual investigação sobre a incursão realizada;

2.6. priorizando o trabalho de policiais penais femininas nas incursões dos presídios femininos, as quais devem ser identificadas pelas internas.

Sendo assim, de acordo com o determinado no art. 1º, da Recomendação n. 0001/2016/CGMP/2016, de 6 de outubro de 2016, a respeito do prazo razoável para atendimento, aguarda-se o prazo de 30 (trinta) dias para os recomendados responderem, por escrito, sobre o atendimento ou não da presente recomendação, informando as providências implementadas ou que pretendem implementar (neste último caso, com cronograma de atividades), em caso positivo.

Os recomendados deverão providenciar, incontinenti, a divulgação adequada e imediata da presente recomendação, conforme dispõe o art. 9º, da Resolução CNMP nº 164, de 28 de março de 2017, sem prejuízo da que deverá ser determinada por este Parquet no âmbito do Diário Oficial do Ministério Público de Mato Grosso do Sul DOMP/MS.

Campo Grande/MS, 08 de abril de 2024.

JISKIA SANDRI TRENTIN
50ª Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0009/2024/61PJ/CGR**

A 61ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2021.00193595-8 em que constam como investigado A Apurar e vítima Marlene Mercado Moreno, conforme se transcreve: “quanto ao crime de estelionato, não havendo indícios suficientes da autoria delitiva de Hyara de Oliveira Mendes, cuja conduta até o momento mais bem se amolda ao crime de favorecimento real”.

Campo Grande/MS, 11 de abril de 2024

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0010/2024/61PJ/CGR

A 61ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2022.00113369-9 em que constam como investigado Herivelto Takeshi Minamitani e vítima Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., conforme se transcreve: “verifica-se que foram realizadas as diligências cabíveis, contudo, não houve qualquer indício de autoria perpetrado pelo investigado, não há justa causa para o ajuizamento da ação penal, razão pela qual promovo arquivamento dos presentes autos por insuficiência de elementos probatórios”.

Campo Grande/MS, 12 de abril de 2024

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 08.2023.00161028-4, em que constam como investigado(a/s) A apurar e vítima(s) Samuel Cabral Barbosa conforme se transcreve: “ausente prova consistente da autoria do crime, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia e arquiva o presente Inquérito Policial, ressalvado, contudo, o disposto no art. 18, do CPP”.

Campo Grande, 12 de abril de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA
Promotora de Justiça
62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande

⁴ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Maria Rosilene Rodrigues Ximenes a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0908202-88.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Alcides Vilalva de Arruda e vítima Maria Rosilene Rodrigues Ximenes, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 09 de abril de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Flávia de Souza Rodrigues a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0907758-55.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Jailson Moreira de Araújo e vítima Flávia de Souza Rodrigues, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 09 de abril de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0031/2024/66PJ/CGR

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00048631-2 em que constam como investigado Henrique De Oliveira Kobayashi e vítima Marly Cristina De Oliveira conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 11 de abril de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0032/2024/66PJ/CGR

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00054201-0 em que constam como investigado Charles Willian Vieira Coengae vítima Thais Ramos Prado De Oliveira conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 11 de abril de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

⁵ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁶ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

ANASTÁCIO

EDITAL Nº 0005/2024/PJ/ANC

A Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Av. Juscelino Kubitschek, 1445 - Jardim América - CEP: 79210-000 Anastácio/MS.

Inquérito Civil: 06.2024.00000246-6.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar desmatamento de 15,59 hectares em área declarada como reserva legal, na Estância Dona Filomena, em Anastácio/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 381/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Anastácio/MS, 18 de março de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0006/2024/PJ/ANC

A Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Av. Juscelino Kubitschek, 1445 - Jardim América - CEP: 79210-000 Anastácio/MS.

Inquérito Civil: 06.2024.00000235-5.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: Município de Anastácio-MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Portal da Transparência do Município de Anastácio e eventual violação às normas de acesso à informação.

Anastácio/MS, 18 de março de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO

Promotor de Justiça

BONITO

EDITAL N. 0029/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00012141-2

Requerente: Ministério Público Estadual – 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Jandira Gorete dos Santos

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do IC 06.2017.00002116-1, entre Jandira Gorete dos Santos e o MPMS, relativo a danos ambientais ocorridos na fazenda Santa Tereza.

Bonito – MS, 08 de abril de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça



CAARAPÓ

EDITAL 0003/2024/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003628-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS de Juti/MS e Caarapó/MS.

Assunto: registrar as atividades de inspeção/vistorias realizadas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS de Juti e Caarapó/MS.

Caarapó-MS, 12 de abril de 2024.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL 0004/2024/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003636-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Centro Marie Ariane e Lar de Amparo à Criança Acolhida

Assunto: Registrar as atividades de inspeção e/ou vistorias realizadas nas entidades de acolhimento institucional de Caarapó/MS (CEMA – Centro Marie Ariane) e Juti/MS (LACA – Lar de Amparo à Criança Acolhida) e no serviço de acolhimento familiar de Caarapó – MS.

Caarapó-MS, 12 de abril de 2024.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL 0005/2024/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003639-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Asilo Frei Eucário e Casa Lar São Geraldo.

Assunto: registrar as atividades de inspeção/vistorias realizadas nas Instituições de Longa Permanência para Idosos de Caarapó (Asilo Frei Eucário) e Juti (Casa Lar São Geraldo).

Caarapó-MS, 12 de abril de 2024.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça



CAMAPUÃ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900075-49.2024.8.12.0006, em que constam como investigado(a/s) A Apurar e vítima(s) João Manoel da Silva, conforme se transcreve: “Ante o exposto, baseados nas premissas acima expostas e, face à atipicidade da conduta, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento dos presentes autos, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal.”

Camapuã - MS, 11 de abril de 2024.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA
Promotor de Justiça em Subst. Legal

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0000074-60.2022.8.12.0006, em que constam como investigado(a/s) A Apurar e vítima(s) Amilcar Nerci Pess, Ana Paula Almeida dos Santos, Thaís Martins Magalhães, Donino Ferreira de Lima e Márcia Pereira Ávila de Lima, conforme se transcreve: “Ante o exposto, baseados nas premissas acima expostas e, face à atipicidade da conduta, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento dos presentes autos, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal.”

Camapuã - MS, 11 de abril de 2024.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA
Promotor de Justiça em Subst. Legal

CORUMBÁ

EDITAL Nº 0017/2024/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1880, Centro - CEP: 79331-110, Corumbá/MS - Telefone: (67) 3231-4664.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000337-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Elpidio Peluffo Sobrinho

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da queima de 397 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Santa Fé, em Corumbá/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 012858/2023 e Laudo de Constatação n. 016391/2023”.

Corumbá, 10 de abril de 2024.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES
Promotor de Justiça



DEODÁPOLIS

INQUÉRITO POLICIAL Nº 08.2024.00020445-8.**EDITAL Nº 0011/2024/PJ/DPS.****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Deodápolis/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900279-49.2023.8.12.0032, em que consta como investigado A apurar e vítima Renato da Conceição, conforme se transcreve: “o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promove o arquivamento do presente inquérito policial, com fundamento nos arts. 395, III, e 386, III, ambos do CPP, sendo facultada a reabertura da investigação caso surjam novas provas, nos termos do art. 18 do CPP”.

Deodápolis/MS, 12 de abril de 2024.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JUNIOR

Promotor de Justiça em Subst. Legal.

DOURADOS

EDITAL N. 0001/2024/09PJ/DOS

A 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do seguinte endereço eletrônico: <https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/>.

Procedimento Administrativo n. 09.2024.00003156-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Acompanhar o programa de internação desenvolvido pela Unidade Educacional de Internação Masculina de Dourados/MS (Unei Laranja Doce), com a juntada dos Relatórios de Inspeção referentes ao ano de 2024.

Dourados/MS, 11 de abril de 2024.

FABRÍCIA BARBOSA LIMA

Promotora de Justiça

FÁTIMA DO SUL

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002755-7, que está à disposição dos interessados na Rua Ipiranga, nº 810 - Jardim Primavera, em Fátima do Sul/MS, Fone (67) 2020-9344 – 2020-9345.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002755-7

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul/MS

Requerido: Procon Municipal de Fátima do Sul/MS

Objeto: Acompanhar as reuniões do CONDECON – Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, no Município de Fátima do Sul.

Fátima do Sul/MS, 11 de abril de 2024.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça



JARDIM

EDITAL Nº 0005/2024/01PJ/JIM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000

Inquérito Civil nº 06.2024.00000310-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Altamir Vargas Grubert

Assunto: Apurar possível desmatamento ocorrido na Fazenda Estância Omega, localizada no Município de Jardim/MS, de propriedade de Altamir Vargas Grubert, descritas no Auto de Infração AI013164/2023.

Jardim, 04 de abril de 2024

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça

PARANAÍBA

EDITAL Nº 0003/2024/01PJ/PBA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, nº 215, Jardim Santa Mônica - CEP 79500-000, Paranaíba/MS, Telefone: (67) 3503-1075 / (67) 3503-1076 / (67) 3503-1077.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000160-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ana Carolina Gorgatto Leite

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,89 hectares de vegetação, do assoreamento de um curso d’água do córrego inominado, provocado pelo carreamento de sedimentos (areia), devido ao trânsito de animais de cria (bovinos), os quais se utilizam do referido córrego e a represa para dessedentação, em Área de Preservação Permanente, bem como da falta de isolamento desta, na Fazenda São Jorge, em Paranaíba/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 014788/2024 e Relatório de Fiscalização Ambiental n. 002/2ºPEL/4ª CIA/2ºBPMA/2024.”

Paranaíba/MS, 11 de abril de 2024.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0004/2024/01PJ/PBA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, nº 215, Jardim Santa Mônica - CEP 79500-000, Paranaíba/MS, Telefone: (67) 3503-1075 / (67) 3503-1076 / (67) 3503-1077.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000150-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcelo Aparecido Hernandes

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,53 hectares, do assoreamento de um curso d’água do córrego inominado, provocado pelo carregamento de sedimentos devido ao trânsito de animais de cria (bovino), em Área de Preservação Permanente, bem como da falta de isolamento e proteção desta, na Fazenda Itaguaçu, em Paranaíba/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 014707/2024 e Relatório de Fiscalização Ambiental n. 001/2ºPEL/4ª CIA/2º BPMA/2024.”

Paranaíba/MS, 11 de abril de 2024.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça



PEDRO GOMES

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Pedro Gomes, nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0000046-22.2024.8.12.0039, em que consta como investigado *A apurar* conforme se transcreve: "Nesse sentido, por meio dos elementos informativos colhidos durante a persecução criminal preliminar, verifica-se que a autoria do fato delituoso é desconhecida, tornando temerária eventual propositura de ação penal, impondo-se o arquivamento do presente caderno investigatório. (...) Ante o exposto, à luz dos argumentos esposados alhures, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul decide pelo **ARQUIVAMENTO** do presente inquérito policial".

Pedro Gomes/MS, 10 de abril de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI
Promotor de Justiça em Substituição Legal

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Pedro Gomes, nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0000050-59.2024.8.12.0039, em que consta como investigado *A apurar* conforme se transcreve: "Portanto, esgotadas as diligências e diante da ausência de elementos seguros suficientes a ensejar o oferecimento da denúncia, o arquivamento é medida que se impõe. (...) Ante o exposto, à luz dos argumentos dispensados alhures, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul decide pelo **ARQUIVAMENTO** do presente inquérito policial".

Pedro Gomes/MS, 10 de abril de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI
Promotor de Justiça em Substituição Legal

PONTA PORÃ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO: 08.2022.00198065-7

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, notifica a vítima **Bruno Rodrigues Rosa** da decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900165-86.2022.8.12.0019, em que constam como investigado "a apurar" e vítima Bruno Rodrigues Rosa, conforme se transcreve: "Por isso, entendendo que, por ora, falta justa causa para ação penal, **PROMOVO O ARQUIVAMENTO** do presente Inquérito Policial, ressaltando, porém, o que dispõe o art. 18 do Código de Processo Penal. ”.

A teor do que dispõe o artigo 28, §1º, do Código de Processo Penal, Vossa Senhoria tem prazo de 30 dias (a contar da publicação) para apresentar pedido de revisão da decisão, devidamente assinado e acompanhado das razões que o fundamentam.

08 de abril de 2024

GISLEINE DAL BÓ
Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO: 08.2022.00177845-7**

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, notifica **Nelson Marques Silva Filho** da decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0803509-67.2022.8.12.0019, em que constam como investigado Nelson Marques Silva Filho e vítima Ramão Gonçalves, conforme se transcreve: "Por isso, entendendo que faltam elementos de convicção que atestem eventual culpa por parte do condutor sobrevivente, **PROMOVO O ARQUIVAMENTO** do presente Inquérito Policial".

12 de abril de 2024

GISLEINE DAL BÓ
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO: 08.2023.00092871-4

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, notifica a vítima **Paulo César Soares de Souza** da decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0802179- 98.2023.8.12.0019, em que constam como investigado "a apurar" e vítima Paulo César Soares de Souza, conforme se transcreve: "Após a análise dos autos, apesar da materialidade, não foram encontrados elementos suficientes que indicassem a autoria dos crimes. Assim, falta a chamada "justa causa" para ação penal, que é o "lastro probatório mínimo" para o oferecimento de peça acusatória, demonstrando a viabilidade da pretensão punitiva. A ausência de justa causa inviabiliza a ação penal. Por isso, entendendo que, por ora, falta justa causa para ação penal, **PROMOVO O ARQUIVAMENTO** do presente Inquérito Policial, ressalvando, porém, o que dispõe o art. 18 do Código de Processo Penal."

A teor do que dispõe o artigo 28, §1º, do Código de Processo Penal, Vossa Senhoria tem prazo de 30 dias (a contar da publicação) para apresentar pedido de revisão da decisão, devidamente assinado e acompanhado das razões que o fundamentam.

08 de abril de 2024

GISLEINE DAL BÓ
Promotora de Justiça